

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

CNPJ: 01.368.232/0003-21

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019.

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

QUADRO I	Balço patrimonial
QUADRO II	Demonstração do resultado do exercício
QUADRO III	Demonstração do resultado abrangente
QUADRO IV	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
QUADRO V	Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores da
CASA DE CARIDADE DOM ORIONE
Araguaína - TO

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Investigação em andamento pela Polícia Federal – “Operação Marcapasso”

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Entidade foi citada na 2ª fase da “Operação Marcapasso” da Polícia Federal que investiga esquema de corrupção e fraude a licitações no Estado do Tocantins, tendo como objetivo a aquisição de equipamentos OPME’s (Órteses, Próteses e Materiais Especiais). Embora a entidade tenha implementado o Comitê Antifraude e suas conclusões iniciais não detectaram inconformidades, conforme citado na nota explicativa 1, bem como a Entidade espera não ter impactos significativos em suas demonstrações contábeis, não podemos assegurar, em razão do andamento das investigações ainda em curso até a presente data, de que não existam impactos relevantes, inclusive sobre aspectos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório emitido em 29 de abril de 2020, continha ressalva relacionada ao mesmo assunto do parágrafo anterior, relativo aos impactos sobre aspectos tributários que possam recair sobre a Entidade relacionado a Investigação em andamento da Polícia Federal – “Operação Marcapasso”.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2021



Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
EXACTUS Auditores Independentes
CRC MG 013461/O-3 "S" TO

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	479.009	393.297	Fornecedores	8	7.561.701	5.463.014
Aplicações financeiras restritas		2.376.891	3.272.602	Empréstimos e financiamentos	7	6.026.073	7.564.873
Contas a receber	4	23.286.128	21.462.375	Obrigações trabalhistas	9	5.194.189	4.660.438
Estoques	5	5.109.347	3.458.832	Tributos e contribuições sociais		309.812	264.804
Adiantamentos		767.336	604.094	Convênios	11	4.408.023	3.897.661
Despesas antecipadamente		43.640	36.727	Compromissos contratuais e parcelamento	12	82.136	599.221
Outras contas a receber		594.392	374.095	Outras contas a pagar		263.385	81.998
Total do ativo circulante		32.656.743	29.602.022	Total do passivo circulante		23.845.319	22.532.009
Ativo não circulante				Não circulante			
Consórcios		151.521	-	Empréstimos e financiamentos	7	11.850.091	3.270.142
Investimentos		18.350	20.850	Compromissos contratuais	12	56.667	96.667
Imobilizado	6	27.947.518	16.100.953	Passivo fiscal	12	103.260	127.286
Total do ativo não circulante		28.117.389	16.121.803	Provisões	10	1.563.631	1.813.425
				Total do passivo não circulante		13.573.649	5.307.520
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social		17.884.296	16.788.963
				Superavit do exercício		5.470.868	1.095.333
				Total do patrimônio social	13	23.355.164	17.884.296
Total do ativo		60.774.132	45.723.825	Total do passivo e do patrimônio líquido		60.774.132	45.723.825

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receitas Operacionais	14	94.590.620	88.095.488
Receitas de subvenções	14	17.649.677	7.263.873
Doações - Líquido	14	2.137.438	54.488
(-) Deduções	14	(12.591.548)	(10.453.929)
(=) Receita líquida		101.786.187	84.959.920
(-) Custos dos Serviços Prestados	15	(86.548.409)	(76.017.501)
(=) Superávit bruto		15.237.778	8.942.419
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(10.331.809)	(9.219.953)
Outras receitas/(despesas) operacionais		1.928.328	2.406.686
		(8.403.481)	(6.813.267)
Despesas financeiras		(1.560.169)	(1.143.171)
Receitas financeiras		196.740	109.352
		(1.363.429)	(1.033.819)
(=) Superávit do exercício		5.470.868	1.095.333

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações das mutações do patrimônio social Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.238.439	3.550.524	16.788.963
Superávit do exercício	-	1.095.333	1.095.333
Incorporação do superávit ao patrimônio social	3.550.524	(3.550.524)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.788.963	1.095.333	17.884.296
Superávit do exercício	-	5.470.868	5.470.868
Incorporação do superávit ao patrimônio social	1.095.333	(1.095.333)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.884.296	5.470.868	23.355.164

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit do exercício	5.470.868	1.095.333
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>5.470.868</u>	<u>1.095.333</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
(=) Superávit do exercício	5.470.868	1.095.333
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisão para contingências	(249.794)	(1.020.177)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e glosa	1.324.195	9.640
Depreciação e amortização	2.012.795	1.814.285
Doações Recebidas de Bens e/ou direitos	(1.322.666)	-
	7.235.398	2.531.814
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/Contas a receber	(3.147.948)	(5.024.614)
(Aumento)/Diminuição nos estoques	(1.650.515)	(688.424)
(Aumento)/Adiantamentos	(163.242)	(70.087)
(Aumento)/Despesas pagas antecipadamente	(6.913)	6.623
(Aumento)/Diminuição Outras contas a receber	(220.297)	(59.083)
Aumento /(diminuição) em Fornecedores	2.098.687	219.129
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	578.759	655.964
Aumento / (diminuição) em Convênios	510.362	3.697.262
Aumento / (diminuição) em Compromissos Contratuais	(557.085)	(572.003)
Aumento / (diminuição) em Outras Contas a Pagar	181.387	71.556
Aumento / (diminuição) Passivo Fiscal	(24.026)	(32.287)
Caixa líquido das atividades operacionais	4.834.567	735.850
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(12.994.716)	(4.135.346)
Baixa de Investimentos, Ativo Imobilizados e Intangível	460.522	632.733
Consórcio de veículo	(151.521)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(12.685.715)	(4.135.346)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	9.845.197	7.085.645
Juros sobre empréstimos	(2.804.048)	(701.872)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	7.041.149	6.383.773
Aumento/(redução) líquido de caixa	(809.999)	2.984.277
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.665.899	681.622
Caixa e equivalentes de caixa no Final do período	2.855.900	3.665.899
Aumento/(redução) líquido de caixa	(809.999)	2.984.277

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Casa de Caridade Dom Orione, filiada à Pequena Obra da Divina Providência – Dom Orione é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica e de assistência social, com o fim de cumprir os pressupostos e princípios evangélicos vividos e ensinados pelo Padre Luís Orione, com a duração por tempo indeterminado e tem como objetivos:

- a) manutenção da saúde da pessoa;
- b) assistência médico-hospitalar, em regime de internação e com serviços ambulatoriais;
- c) desenvolver atividades educacionais na área da saúde, em estabelecimentos próprios e de terceiros;
- d) pesquisa para o aperfeiçoamento das atividades de saúde;
- e) atenção ao idoso, especialmente aos mais necessitados;
- f) atenção às pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais, dando preferência às atividades terapêuticas e de reabilitação;
- g) levar a efeito a saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização.

Para o cumprimento das suas finalidades a Casa de Caridade Dom Orione criará e manterá hospitais, escolas, faculdades, asilos, creches e quaisquer outras que venham a contribuir para a melhoria da assistência à comunidade, podendo constituí-las em departamentos, com administração autônoma e atenderá preferencialmente as pessoas mais carentes sem distinção de sexo, idade, credo religioso e político.

Investigação da Polícia Federal (Operação Marca-passo)

A investigação teve início com a instauração da investigação policial determinada por portaria datada de 28 de junho de 2017, recebendo a denominação de “Operação Marca-passo”.

O objetivo da investigação é a apuração de suposta prática criminosa dos ilícitos penais de corrupção ativa e passiva, crimes contra licitação e organização criminosa no Hospital Geral de Palmas/TO.

A investigação estendeu-se ao Hospital e Maternidade Dom Orione em Araguaína/TO em razão de tratar-se dos dois únicos hospitais a realizar cirurgias cardíacas no estado, bem como em razão de suspeitas levantadas por delator envolvido na investigação.

A investigação ainda não foi encerrada pela Polícia Federal, que continua a examinar a documentação e a periciar os equipamentos apreendidos nas diversas fases da operação.

Até o presente momento não foi oferecida denúncia e não se iniciou ação penal.

Nenhuma comprovação foi apontada ou encontrada de envolvimento ou da prática de quaisquer atos ilícitos no Hospital e Maternidade Dom Orione de Araguaína/TO ou mesmo por parte de seus diretores e colaboradores.

No início do exercício de 2020 o Comitê Antifraude que foi instituído no dia 10 de janeiro de 2019 para apuração dos eventos que envolveram a operação “Marcapasso”, divulgou suas conclusões iniciais, com sugestões de melhorias de controles internos, inclusive com minuta para implantação de POP’s (Procedimento Operacional Padrão), não sendo identificadas inconformidades nas avaliações preliminares. O período de apuração abrangeu os exercícios de 2012 a 2017. No mesmo exercício de 2020, as melhorias sugeridas que deveriam ser implementadas, ficaram comprometidas em virtude das dificuldades apresentadas pela Pandemia do COVID-19, sendo que a administração optou por descontinuar os trabalhos temporariamente, que teria planejamento da referida implantação das melhorias apontadas no trabalho preliminar e da realização de novos procedimentos, promotores de maior confiabilidade e correção de atividades, inclusive com implantação breve de Código de Ética para colaboradores e parceiros, o que deve ocorrer no exercício de 2021.

Em relação a Pandemia do COVID-19, trouxe reflexos no exercício de 2020, que trazemos a seguir:

- Aumento dos Estoques como estratégia para evitar riscos de desabastecimento de insumos;
- Captação de empréstimos e financiamentos com taxa de juros subsidiadas 11,38% a.a. e com prazos de carência 360 dias com objetivo de manter fluxo de capital de giro;
- Aquisição relevante de maquinário necessário para o combate à Pandemia como: respiradores, bomba de infusão, tomógrafo, ambulância, analisador RT-PCR;
- Convênio firmado com a Secretaria Estadual de Saúde – SES/TO 020/2020 no qual destinou R\$ 12.731.284,64 (doze milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) oriundo do Ministério da Saúde;
- Recebimento de doações do Vaticano e de empresas parceiras de insumos e equipamentos para o combate a covid.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucro.

De acordo com o item 4 da ITG 2002 (R1), aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e a própria Interpretação (ITG 2002 – R1). Aplicam-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados pela Interpretação.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 26 de abril de 2021.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

- a) Provisões para contingências;
- b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- c) Vida útil estimada do ativo imobilizado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de

liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

A classificação dos ativos financeiros é realizada com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, realizada da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

2.7. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list" (listagem por idade de vencimento), considerando os itens pendentes desde longa data (superior a 360 dias) e outras perdas avaliadas como prováveis. O montante registrado é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Perdas Diversas" na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização na prestação dos serviços ou perecimento.

Quando necessário, é efetuado ajuste para reconhecimento das perdas com itens obsoletos, medicamentos vencidos sem possibilidade de reutilização, materiais deteriorados e outros.

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse

uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	45
Máquinas e equipamentos	8
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

No exercício de 2017, após levantamento realizado em relação ao estado de conservação dos bens através de laudo de vida útil econômica do ativo imobilizado, foi alterado a estimativa da vida útil de máquinas e equipamentos de 10 anos para 8 anos, bem como edificações que passou de uma estimativa de 25 anos para 45 anos.

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que o valor recuperável estimado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas

atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Provisão para contingências

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.15. Convênios

Referem-se a convênios para custeio de projetos captados por meio de instrumentos específicos. Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica “Convênios” e apropriadas como receita quando da efetiva prestação do serviço ou outra condição acordada.

2.16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Social está representado pela dotação inicial acrescida ou diminuída do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.17. Apuração do Superávit (déficit)

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo como Princípio da Competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: a) haja evidência da existência de contrato; b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; c) o preço esteja fixado e determinado; e d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando efetivado o recebimento dos recursos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder da Entidade, depósitos bancários e aplicações financeiras. O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa Central	24.853	17.852
Caixas – diversos	4.862	5.217
Total de Caixa	<u>29.715</u>	<u>23.069</u>
Banco do Brasil	109.559	3.884
Bradesco	2.097	5.155
Caixa Econômica Federal	2.754	-
Unicred	22.847	(2.306)
Santander	-	4.889
Bancos conta Movimento	<u>137.257</u>	<u>11.622</u>
Aplicação Unicred	312.037	310.734
Aplicação CEF	-	47.872
Total Aplicações Financeiras	<u>312.037</u>	<u>358.606</u>
Total de Caixa, Bancos e Aplicações	<u>479.009</u>	<u>393.297</u>

4. Contas a receber

Contas a receber são decorrentes dos serviços prestados pelo Hospital, como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Convênios (SUS)	6.070.072	2.465.363
Convênios com particulares	18.888.371	18.498.812
Total de convênios a receber	<u>24.958.443</u>	<u>20.964.175</u>
Cheques a receber	213.926	71.295
Cartões de Créditos	440.845	439.972
Clientes a receber	421	6.000
Total de contas a receber de clientes	<u>25.613.635</u>	<u>21.481.442</u>
Perdas estimadas na realização das contas a receber	(2.327.507)	(19.067)
	<u>23.286.128</u>	<u>21.462.375</u>

A abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer é a seguinte:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	9.948.398	7.372.545
Serviços em andamento a faturar	1.503.624	1.864.921
Cheques, Cartões de Crédito e Outros	654.771	511.267
Vencidos:		
Até 30 dias	1.179.520	2.276.634
De 31 a 60 dias	1.158.486	1.923.026
De 61 a 90 dias	1.432.990	2.431.775
De 91 a 180 dias	1.361.350	3.063.801
De 181 a 360 dias	7.430.043	2.018.406
Acima de 360 dias	944.453	19.067
	<u>25.613.635</u>	<u>21.481.442</u>

As perdas estimadas na realização das contas a receber são reconhecidas após análise individualizada dos clientes. O critério de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi definido pela entidade àqueles inadimplentes com mais de 360 dias de atraso, sendo estes saldos em sua maioria baixados e o restante incluído em PECLD. Porém, as glosas quando não realizado o aceite, será lançada provisão acima de 90 dias por já se encontrar expirado qualquer prazo de recurso.

5. Estoques

Os estoques estão compostos por materiais de uso e consumo hospitalar.

O estoque de materiais hospitalares é avaliado pelo método do custo médio das compras e, quando aplicável, ajustadas ao valor de realização e deduzidas de perdas por deterioração ou obsolescência.

A provisão de perdas estimadas tem por base a média dos três últimos exercícios em das perdas auferidas em relação ao volume médio de compras do mesmo período.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Materiais hospitalares	5.143.607	3.483.640
(-) Perdas estimadas na realização dos estoques	<u>(34.260)</u>	<u>(24.808)</u>
Total dos estoques	<u>5.109.347</u>	<u>3.458.832</u>

6. Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido		Taxa
			2020	2019	
Terrenos	159.360	-	159.360	159.360	-
Edificações	19.824.482	(9.655.809)	10.168.673	8.528.422	2%
Instalações	735.510	(735.510)	-	-	-
Veículos	236.244	(168.647)	67.597	212.928	20%
Móveis e utensílios	2.055.976	(1.460.316)	595.660	688.573	10%
Equipamentos de informática	3.861.321	(3.480.898)	380.423	273.684	20%
Tratores e implementos agrícolas	2.100	(2.024)	76	286	20%
Máquinas e equipamentos	25.697.417	(9.147.248)	16.550.169	6.198.872	12%
Instrumentos cirúrgicos	96.821	(82.173)	14.648	24.081	10%
Ferramentas	24.992	(14.080)	10.912	14.747	20%
Total	<u>52.694.223</u>	<u>(24.746.705)</u>	<u>27.947.518</u>	<u>16.100.953</u>	

Movimentação do ativo imobilizado

	31.12.2019	Adições	Baixas	Transfe- rência	Depreciação Acumulada	31.12.2020
Terrenos	159.360	-	-	-	-	159.360
Edificações	17.845.002	2.211.281	(231.801)	-	(9.655.809)	10.168.673
Instalações	735.510	-	-	-	(735.510)	-
Veículos	351.244	-	(115.000)	-	(168.647)	67.597
Móveis e utensílios	2.073.266	130.583	(108.131)	(39.742)	(1.460.316)	595.660
Equipamentos de informática	3.691.421	206.845	(36.945)	-	(3.480.898)	380.423
Tratores e implementos agrícolas	2.100	-	-	-	(2.024)	76
Máquinas e equipamentos	14.089.842	11.768.673	(200.840)	39.742	(9.147.248)	16.550.169
Instrumentos cirúrgicos	96.821	-	-	-	(82.173)	14.648
Ferramentas	24.992	-	-	-	(14.080)	10.912
Total	39.069.558	14.317.382	(692.717)	-	(24.746.705)	27.947.518

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	31.12.2019
Terrenos	159.360	-	-	-	159.360
Edificações	16.379.097	2.062.050	(595.268)	(9.317.457)	8.528.422
Instalações	735.510	-	-	(735.510)	-
Veículos	236.244	115.000	-	(138.316)	212.928
Móveis e utensílios	1.933.601	144.427	(1.866)	(1.387.589)	688.573
Equipamentos de informática	3.544.861	177.838	(6.232)	(3.442.783)	273.684
Tratores e implementos agrícolas	2.100	-	-	(1.814)	286
Máquinas e equipamentos	12.879.134	1.620.573	(28.999)	(8.271.836)	6.198.872
Instrumentos cirúrgicos	94.273	2.900	(352)	(72.740)	24.081
Ferramentas	14.301	12.559	(16)	(12.097)	14.747
Total	35.978.481	4.135.347	(632.733)	(23.380.142)	16.100.953

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são captados para utilização como capital de giro e os financiamentos referem-se ao FINAME. As taxas de juros seguem as práticas de mercado e foram oferecidos avais em garantia.

	Taxa de Juros a.a.	2020	2019
Empréstimo - Capital de Giro - Banco do Brasil	12,95%	641.971	776.984
Empréstimo - Capital de Giro - Santander	8,73%	2.858.967	3.573.709
Empréstimo - Capital de Giro - Bradesco	9,18%	2.224.467	-
Empréstimo - Capital de Giro - Sicredi	8,73%	1.803.460	-
Empréstimo - Capital de Giro - Santander	8,73%	2.693.704	-
Empréstimo - Capital de Giro - Bradesco 2	11,38%	6.885.931	-
Empréstimo - Unicred - conta garantida		1.970.000	2.277.100
Empréstimo FINAME Bradesco	4,5%	436.602	723.680
Conta Garantida SICREDI 81782-1		1.600.001	4.000.001
FINAME - Stamac - Banco do Brasil	4,5%	85.119	131.548
Empréstimos Confederação das Santas Casas		139.978	181.652
Banco do Brasil - Cheque pré		12.594	-
Banco Santander - Cheque pré		79.138	-
Unicred - Cheque pré		77.939	-
Juros a apropriar		(3.633.707)	(829.659)
		17.876.164	10.835.015
Circulante		6.026.073	7.564.873
Não circulante		11.850.091	3.270.142

Covenants

O Hospital possui cláusulas restritivas em contratos de empréstimo em caso de ocorrer inadimplência de parcelas, protestos de títulos ou ações judiciais que coloquem em risco o cumprimento de suas obrigações, recuperação judicial ou falência, descredenciamento junto ao Sistema Único de Saúde ou ausência de quitação de tributos e contribuições junto à Receita Federal.

O Hospital cumpriu com esses Covenants durante o exercício.

8. Fornecedores

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de produtos e serviços necessários às atividades da Entidade, como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores de produtos hospitalares	6.192.453	4.365.786
Fornecedores de produtos e serviços	297.263	227.099
Serviços profissionais a pagar	1.071.985	870.129
	<u>7.561.701</u>	<u>5.463.014</u>

9. Obrigações trabalhistas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a pagar	1.895.728	1.588.937
FGTS a recolher	302.851	263.599
INSS a recolher	214.511	339.170
Provisão de férias e encargos	2.636.918	2.319.707
Outros	144.181	149.025
	<u>5.194.189</u>	<u>4.660.438</u>

10. Provisões para contingências

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. São constituídas provisões para os riscos cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis quando estas puderem ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

Considerando posicionamento de seus assessores jurídicos, através de uma revisão e análise detalhada dos riscos de cada processo, a Entidade optou por registrar no exercício de 2020 uma reversão da provisão de contingências de R\$ 249.794 perfazendo assim um saldo final de R\$ 1.563.631 (R\$ 1.813.425 em 2019). Essa provisão abrange 79 processos cujo valor total das causas solicitados pelos autores é de R\$ 15.997.740, sendo assim, a provisão estimada pelos assessores jurídicos de perdas corresponde a 10% do total.

Os processos por danos morais, materiais e estéticos corresponde a 75% de todos os processos e seus valores representam 90% do valor total das causas. Já os processos trabalhistas são basicamente cobrança de insalubridade.

Em 2020 foram agregados mais 13 processos, sendo 12 referentes a pedido de reparação cível e um trabalhista.

	2020		2019	
	Valor das Causas	Contingência	Valor das Causas	Contingência
Cíveis	14.387.195	1.350.174	15.040.335	1.751.965
Trabalhistas	1.610.545	213.457	1.208.625	61.460
	<u>15.997.740</u>	<u>1.563.631</u>	<u>16.248.960</u>	<u>1.813.425</u>

O Hospital vem reduzindo seus processos de forma relevante nos últimos anos, especialmente os trabalhistas, após a Reforma Trabalhista.

11. Convênios

Os convênios referem-se basicamente a recursos recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SES/TO para custeio de projetos e obras realizadas para expansão do Hospital. A aplicação dos recursos vem sendo efetuada de acordo com o previsto e as prestações de contas são efetuadas tempestivamente.

	2020	2019
Convênios com órgãos públicos	4.408.023	3.897.661
	<u>4.408.023</u>	<u>3.897.661</u>

12. Compromissos contratuais, parcelamentos e passivo fiscal

Os parcelamentos e compromissos contratuais da Entidade podem ser demonstrados como segue:

Descrição	2020			2019		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Fornecedores	40.000	56.667	96.667	559.213	96.667	655.880
Multa Ministério do Trabalho	36.037	93.095	129.132	38.482	127.286	165.768
Outros	6.099	10.165	16.264	1.526	-	1.526
	<u>82.136</u>	<u>159.927</u>	<u>242.063</u>	<u>599.221</u>	<u>223.953</u>	<u>823.174</u>

13. Patrimônio social

Conforme o estatuto social, a Entidade aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos sociais, estando impedida de distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas a título de lucros ou participações no Superávit.

Assim, o Superávit ou Déficit em cada exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social ou por ele absorvido. Portanto, o patrimônio líquido é representado pelo patrimônio social inicial da Entidade acrescido dos superávits ou déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição.

14. Receitas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Diárias	7.061.757	5.264.297
Taxas	3.919.145	4.606.114
Materiais e medicamentos	21.103.778	18.667.884
Materiais especiais	6.543.632	4.438.463
Gases medicinais	4.419.436	2.734.364
Exames e diagnósticos	9.492.654	8.977.786
Outras receitas com pacientes	8.307.974	8.299.570
Total de receitas com pacientes	<u>60.848.376</u>	<u>52.988.478</u>
Materiais especiais	1.408.879	2.798.383
Receita complementar - contratualização	14.803.029	14.427.046
Outras receitas de serviços	1.700.165	1.143.998
Total de receitas com pacientes SUS	<u>17.912.073</u>	<u>18.369.427</u>
Incentivos - União Federal	14.738.218	15.643.078
Estágios com instituições de ensino	1.005.132	1.032.723
Receita cartão saúde	86.821	61.782
Total de receitas com incentivos, estágios e cartão saúde	<u>15.830.171</u>	<u>16.737.583</u>
Total das Receitas Operacionais	<u><u>94.590.620</u></u>	<u><u>88.095.488</u></u>

Subvenções estaduais - pessoal cedido	4.918.392	7.044.007
Subvenções federais / ministério da saúde	12.731.285	219.866
Total das Subvenções	17.649.677	7.263.873
Doações em Dinheiro	515.130	7.435
Doações em Materiais e Medicamentos	443.683	47.053
Doações em Patrimônio	814.850	-
Cortesia	363.775	-
Total das Doações e Cortesia	2.137.438	54.488
Glosas de pacientes particulares e convênios	(7.368.444)	(4.337.057)
Repassse médico	(5.223.104)	(6.116.872)
Total das Deduções	(12.591.548)	(10.453.929)
Total das Receitas Líquida	101.786.187	84.959.920

15. Custo dos serviços prestados

	2020	2019
Custos com pessoal	30.668.110	26.856.664
Custos com pessoal - pessoal cedido	4.531.113	6.503.792
Serviços médicos pessoa jurídica	17.800.599	14.192.335
Outros serviços prestados por terceiros	1.908.003	1.693.073
Medicamentos	5.935.648	4.723.836
Materiais hospitalares	6.043.429	4.207.638
Órteses e próteses	6.591.847	7.795.306
Gêneros alimentícios	1.637.858	1.335.559
Materiais de Copa e Cozinha	1.168.317	921.476
Material de Higienização e Zeladoria	897.095	849.801
Outros gastos de manutenção hospitalar	2.023.636	1.804.249
Energia elétrica	1.366.075	1.304.680
Depreciação	2.012.795	1.814.285
Custo com perdas de créditos	1.324.195	9.640
Outros custos gerais hospitalares	2.639.689	2.005.167
	85.548.409	76.017.501

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal	4.923.242	4.628.724
Despesa com pessoal - pessoal cedido	387.279	540.214
Serviços prestados por terceiros	1.121.795	930.594
Despesas com veículos	544.905	644.968
Material de Escritório	317.984	347.006
Manutenção de software	312.310	410.730
Material de Informática	338.481	331.657
Outros Gastos Gerais Administrativos	994.002	1.386.060
Auxílio e Doações	1.391.811	-
	<u>10.331.809</u>	<u>9.219.953</u>

Em 2020, a rubrica de auxílio e doações refere-se às despesas hospitalares com gratuidade e medicina do trabalho, que não eram segregadas em exercícios anteriores.

17. Imunidade tributária

A Casa de Caridade Dom Orione é declarada de Utilidade Pública Federal, conforme publicado no DOU de 25 de outubro de 1978. É caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde, conforme Portaria SAS/MS Nº. 1.964, publicada no DOU em 28 de dezembro de 2018, cujo certificado possuía prazo de validade até 31 de dezembro de 2021, foi nos concedido pela prestação anual de serviços ao SUS superior a 60%, sendo esta prova de sua certificação atual.

Em face da imunidade tributária a Entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos e contribuições, conforme abaixo demonstrado:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
INSS	9.926.590	7.885.332
Imposto de Renda	1.968.975	1.722.743
Contribuição Social	1.076.206	943.241
ISSQN	1.992.975	1.746.743
COFINS	2.989.463	2.620.115
	<u>17.954.209</u>	<u>14.918.174</u>

A Casa de Caridade Dom Orione efetuou em 2020 e 2019 os seguintes atendimentos ao SUS – Sistema Único de Saúde:

Descrição	2020		2019	
	Internação	Ambulatorial	Internação	Ambulatorial
SUS	34.548	100.785	40.198	108.714
NÃO SUS	17.503	197.306	17.478	237.854
TOTAL	52.051	298.091	57.676	346.568
% SUS	66%	34%	70%	31%
% NÃO SUS	34%	66%	30%	69%
% META	60%		60%	

18. Custos e despesas com subvenções

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custos de subvenções	(4.531.113)	(6.503.793)
Despesas de subvenções	(387.279)	(540.214)
	(4.918.392)	(7.044.007)
Subvenções estaduais – pessoal cedido (nota 14)	4.918.392	7.044.007

Em virtude convênio 109/2016 celebrado entre a Secretária de Estado da Saúde – SES/TO e o Hospital Dom Orione são repassados servidores do estado para auxiliar na assistência, atualmente é composto conforme demonstrado quadro abaixo.

Quadro de pessoal cedido:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Médico	11	18
Enfermagem	4	5
Bioquímico	2	3
Biomédico	1	1
Auxiliar de Enfermagem	2	3
Farmacêutico	-	1
Total	20	31

19. Subvenções Federais – Recurso Enfrentamento da Covid19

No exercício de 2020, o país passou enfrentar um desafio sanitário sem precedentes em nossa história recente que foi a pandemia da Covid19, nesse cenário pandêmico tivemos que nos adaptarmos, algumas medidas tomadas somando-se juntamente com o medo e o caos instaurado fizeram com que nossos pacientes se afastassem de nossa unidade hospitalar.

Com o objetivo de socorrer a população desde o primeiro momento nos colocamos a disposição do poder público para somar força nessa luta, disponibilizando nossa estrutura, corpo clínico, bem como toda a experiência de quem a mais de 45 anos atua salvando vidas.

Em 24 de agosto de 2020, foi assinado um termo de colaboração nº 020/2020 entre a Secretaria Estadual de Saúde – SES/TO e a Casa de Caridade Dom Orione com o objetivo de repassar R\$ 12.731.284,64 (doze milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) oriundo do Governo Federal/MS/FNS, lei federal 1.393/20 e pela portaria e pela Portaria/GM/MS nº 1.448/20 com o objetivo de melhorar toda estrutura necessária para o enfrentamento da COVID-19.

O recurso tinha vigência de 6 meses e foi utilizado da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>
Equipamentos	6.009.060
Materiais e Medicamentos	2.838.423
Serviços Médicos	2.129.549
Folha de Pagamento	1.504.121
Outros	250.132
	<u>12.731.285</u>
Subvenções federais – Recurso Covid19 (nota 14)	12.731.285

Tinha como meta a manutenção de 05 leitos clínicos para retaguarda das gestantes, puérperas dos 64 municípios da Macrorregião Norte do Estado do Tocantins, a manutenção de 10 leitos de UTI Covid, bem como a implantação de mais 10 leitos clínicos e 05 leitos de UTI Covid, e o transporte sanitário de pacientes.

O Convênio foi encerrado em 07/03/2021 com o envio da prestação de contas ao órgão conveniado e devolução de recursos provenientes de rendimento da aplicação financeira no período, que não foram utilizados.

20. Instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

20. Seguros (não auditado)

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2020, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	40.000.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	Tabela FIPE
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	100.000
Lucros cessantes	Não realização de "lucros" decorrentes de danos materiais	6.000.000
		<u>46.100.000</u>

21. Eventos subsequentes

Durante o mês de dezembro de 2020, após quedas acumuladas no número de casos e óbitos em decorrência da Covid19, houve um recrudescimento no número de casos da doença pelo efeito da variante manauara, que depois passou a ser conhecida como P1. A principal característica dessa variante era o rápido contágio e sintomas mais severos, fazendo com que se espalhasse rapidamente em todo o território nacional, após o colapso na rede de saúde de Manaus.

O Hospital Dom Orione que iniciou essa luta com 10 leitos de UTI Covid e 20 leitos clínicos, conta atualmente com 25 leitos de UTI Covid e 35 leitos clínicos, que estão com ocupação máxima desde o mês de fevereiro/2021 e vem, com isso, enfrentando dificuldades em manter a assistência, ora pela falta de insumos e pela escalada de preços, ora pela falta de recursos públicos que venham subsidiar esses leitos abertos.

O cenário de momento do Hospital é o aumento dos custos com materiais e medicamentos e a dificuldade em repassa-los, e a inadimplência fez o com que o hospital recorresse a empréstimos bancários para capital de giro com carência para que possa encontrar um equilíbrio em suas contas. Como estratégia para mitigar os riscos que passa o hospital, vem buscando novas fontes de receitas e parcerias para enfrentar essa crise e fortalecer sua missão, abraçando o propósito pelo qual foi criado de “fazer o bem sempre, fazer o bem a todos. O mal nunca, o mal a ninguém” (São Luis Orione).